

Prosopografia dos alunos do ensino superior em Ciências Sociais e Humanidades na segunda metade do século XIX em Portugal.

João Couvaneiro

Sendo os estados contemporâneos estruturas altamente burocratizadas, dependem, para funcionar, da mediação de uma extensa rede de funcionários. Neste contexto, a procura de eficácia administrativa, expressão genérica de uma ideologia de progresso, suscitou no funcionalismo público uma expansão, sem precedentes, do número de ocupações que dependiam da formação académica.¹ Tendência que consolidou os estabelecimentos de ensino superior como antecâmaras para profissões hierarquicamente preponderantes, nas quais o saber se afirmava como instrumento de poder.

O ensino superior tornou-se comparável a uma autêntica fábrica de títulos, através do qual o Estado procurava dispor desse conjunto de funcionários de competências genéricas, de que carecia para o desempenho do amplo conjunto de funções que lhe estavam adstritas. Para além espaços para a produção de conhecimento, estas instituições ganharam centralidade na qualificação e captação de agentes do sector público. Por outro lado, a regulamentação das condições de acesso ao funcionalismo, não pode deixar de ser encarada como um esforço de auto-valorização desenvolvido pela *intelligentsia* liberal saída destes estabelecimentos.

A gradual consolidação do liberalismo foi condicionando a admissibilidade aos mais prestigiados cargos públicos da realização concursos, que levariam em linha de conta a formação escolar. Estes processos de recrutamento assegurando uma aparente igualdade entre os candidatos, transformavam em mérito velhos privilégios, permitindo que a acção da origem social se continuasse a exercer, mas agora de formas mais subliminares. Permanências que resultavam da afinidade que existe entre a escola e os grupos mais cultivados, que são, quase sempre, oriundos de contextos económicos mais favorecidos. Por este sistema, as desigualdades sociais, geradoras de diferentes heranças culturais, facilitariam aos oriundos de grupos económicos mais abastados o acesso a níveis superiores de ensino e o sucesso nos percursos escolares.

Na segunda metade do século XIX, consolida-se este privilégio de novo tipo, que institui como dispositivo de segregação o mérito intelectual, certificado por um título académico, que

¹ Cf. Maria Laura Bettencourt Pires, *Ensino Superior. Da ruptura à inovação*, Lisboa, 2007, pp. 38-39. Naturalmente este fenómeno não é exclusivamente português, ocorrendo, de forma geral, um pouco por toda a Europa. - Cf. Konrad H. Jaraush, "The German Professions in History and Theory", *German professions. 1800-1950*, Oxford, 1990, p. 12.; L. M. Enciso Recio, «Consideraciones sobre la Universidad de Valladolid en el S. XIX», Federico Sanz Diaz, *El alumnado de la Universidad de Valladolid en el siglo XIX. (1837-1886)*, Valladolid, 1978, p. 25.; Charles E. McClelland, *The German experience of professionalization and their organizations from the early nineteenth century to the Hitler Era*, Cambridge, 1991, p. 5.

alegadamente todos poderiam obter, mas tratando-se de uma conquista que só virtualmente se universalizava. É por esta aparente igualdade das condições de acesso aos níveis mais elevados da estrutura social que se consensualiza a meritocracia, afastando-se das zonas de conflito ideológico e de protesto público.

O Curso Superior de Letras (1861-1911) foi o primeiro, e durante a sua existência o único, estabelecimento português consagrado, de forma específica, ao ensino superior autónomo das humanidades e das ciências sociais. A criação desta instituição foi politicamente justificada com a carência de funcionários competentes para diversos cargos médios e superiores da administração pública, bem como de docentes devidamente qualificados para o ensino liceal.

Ajustando-se às dinâmicas, às necessidades e aos mecanismos de estratificação da sociedade liberal, o Curso, como outros estabelecimentos de ensino superior, permitia o acesso a profissões de assinalável prestígio e rendimento garantido. A sua *chancela* conferiria, de forma automática, um estatuto de qualidade e competência, constituindo-se como fonte de legitimação para esse conjunto de ocupações cuja provisão dependia de mecanismos que, pelo menos de forma virtual, valorizavam o mérito tal como então era entendido.

Sendo o conceito de elite amplo e sociologicamente flexível, integra grupos heterogéneos que podem, no entanto, ser analiticamente mobilizados como sujeitos históricos, mais ou menos autonomizáveis, em função de elementos distintivos associados à autoridade, ao saber ou à riqueza. Recorrendo a uma metodologia de base prosopográfica procurei averiguar quais foram os contributos da formação superior em ciências sociais e humanas para a formação das elites profissionais e político-administrativas portuguesas, no final do século XIX e início do século XX.

Vilfredo Pareto (1848-1923), autor italiano que no dealbar do século XX formulou os fundamentos a teoria das elites, distinguia a população em duas camadas, uma inferior, que seria numericamente mais abundante e outra superior na hierarquia social, mas menos expressiva quanto ao número de indivíduos que integraria. Dividia ainda este grupo minoritário em dois: um que consistia na elite governamental, outro que compreendia a restante elite social - indivíduos que, em cada esfera de actividade tiveram êxito e chegaram a um grau elevado da hierarquia profissional². Fazia assim corresponder a elite à aristocracia, no sentido etimológico desta expressão (do grego *aristos* = melhor)³.

² Cf. Vilfredo Pareto, *The Mind and Society*, Vol III - Theory of Derivations, Londres, Jonathan Cape, 1935, pp. 1422 e ss. (§2027 - 2031)

³ V. Vilfredo Pareto, *Les Systèmes socialistes*, Paris, V. Giard & E. Brière, 1902, p. 8.

Também o filósofo e ensaísta espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), considerou que a sociedade consistia na unidade dinâmica de massas e minorias, sendo estas últimas constituídas por indivíduos, ou grupos de indivíduos, especialmente qualificados. Aristocracias que nada tinham que ver com as hordas selectas e hereditariamente restritas que orbitavam em torno dos palácios de Versalhes, Buckingham ou da Ajuda. Acrescentava ainda que a divisão em massas e minorias não é uma divisão em classes sociais, existindo no seio de cada uma destas massa e minoria⁴. Ideia que, sem como tal explicitamente se denunciar, acompanha o pensamento de Pareto.

As disposições e aptidões que permitem que os indivíduos atinjam o topo da hierarquia, no conjunto da sociedade ou numa actividade determinada, variam em função dos valores que em cada momento são considerados como expressões de mérito. Este perpétuo movimento, esta tendência para que, indefinidamente, se transubstancie a teoria justificativa da configuração das elites levava Pareto a considerar a história como um *cemitério de aristocracias*⁵.

Michel Foucault (1926-1984) entende como dispositivos realidades tão distintas como a legislação, as instituições, os poderes, os costumes e até os edifícios. Sempre que um que um dispositivo se desmorona, colapsa também a sua *verdade*. Por isso tal como os discursos que instituem verdades variam no tempo, também as verdades se reconfiguram. Esta percepção introduz um “não-dito truístico e esmagador” que está presente também na obra de Heidegger. Para estes aurores o passado da humanidade é um *cemitério de grandes verdades históricas*⁶. Uma elite estrutura-se com recurso a um conjunto de dispositivos, que instituem discursos, verdades, conceitos de mérito, que são mutáveis no tempo, gerando essas mutações a reconfiguração dos princípios de distinção e de legitimação.

Em todos os períodos históricos figuram entre as elites indivíduos que delas não merecem fazer parte e na massa indivíduos com qualidades para integrarem as elites. Existindo mecanismos de renovação, a mudança é inevitável e necessária. Por processos que variam em função dos contextos, são eliminados elementos que deixaram de corresponder ao padrão do mérito e são incorporados novos membros detentores das condições que permitem aceder ao topo⁷. Pareto

⁴ José Ortega y Gasset, *A rebelião das massas*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1989, p. 41.

⁵ Cf. - Raymond Aron, *As etapas do pensamento sociológico. Montesquieu, Comte, Marx, Tocqueville, Durkheim, Pareto, Weber*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994, p. 458. Esta reflexão sobre a elite é, no essencial, acompanhada por Ortega y Gasset que entende que a “sociedade humana é pela sua própria essência sempre aristocrática, quer se queira quer não, até ao ponto de ser sociedade na medida em que for aristocrática, e deixa de o ser na medida em que se desaristocratize” - *A rebelião das massas*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1989, p. 46.

⁶ Paul Veyne, *Foucault, O pensamento e a pessoa*, Lisboa, Texto & Garfia, 2009, p.16-21.

⁷ Giovanni Busino, “Les théories des élites: problèmes et perspectives”, *Revue européenne des sciences sociales*, t. XXV, 1987, n.º 76, pp.254-255.

considerava que o rompimento da dinâmica de circulação das elites causaria a degeneração da sociedade engendrando quadros propícios à eclosão de situações de crise. A constante renovação ou circulação das elites garantia o equilíbrio e a longevidade do corpo social.⁸

Partilhando com Pareto a paternidade da teoria das elites Gaetano Mosca (1858-1941), sem colocar em causa o essencial das ideias do seu compatriota, centrou-se sobretudo nas elites políticas que entendia como o conjunto de indivíduos que dirigem as sociedades por via do exercício dessas funções, monopolizando o poder e gozando das vantagens que lhe estão inerentes. Independentemente da forma do regime ou da organização social, considerava também que a soberania tendia a ser tomada, ou no mínimo conduzida, por um número restrito e privilegiado de indivíduos que, em detrimento ou quando muito em nome da maioria, ditam as regras e exercem um conjunto de actividades que os distingue e beneficia⁹.

O historiador contemporâneo Christophe Charle, a par do conceito de elite, recorre à expressão *notáveis* para referir o conjunto de indivíduos que de alguma forma, total ou parcialmente, funcionam como modelo ao restante corpo social e que sobre ele exercem qualquer tipo de domínio. Tal como o termo indica, notável refere-se a algo que é digno de nota. Inclui por isso os indivíduos que são *conhecidos e merecedores de honras* por acumularem os diversos tipos de capital: económico, social e cultural.¹⁰ Abordado as elites francesas das duas últimas décadas do século XIX, Charle sublinha que apesar da posse conjunta destas três espécies de capital, configurar quase uma condição necessária para se ascender a um estatuto ideal de notável, existe entre estes três tipos de capital uma hierarquização. Sendo o capital social e cultural frequentemente um acréscimo ou uma consequência da posse de capital económico.¹¹ Por seu lado, Pareto considerava

⁸ V. Vilfredo Pareto, *Les Systèmes socialistes*, Paris, V. Giard & E. Brière, 1902, p. 15.

⁹ Para Mosca o factor de diferenciação entre a grande massa de dirigidos e a minoritária dirigente era sobretudo a capacidade de organização e coordenação. Por ela se impõe à maioria atomizada e desarticulada que dirige. Destacando-se por possuir atributos ou qualidades socialmente valorizadas: força física, o contacto com divindades, o saber, a riqueza, entre outros. Ortega y Gasset parece acompanhar esta ideia ao afirmar que por definição “as massas não devem nem podem dirigir a sua própria existência, e menos reger a sociedade” (*A rebelião das massas*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1989, p. 39.) Em oposição a esta concepção das elites e contra a ideia de que constituíam um grupo restrito e homogéneo, integrando os dirigentes económicos, militares e políticos, apoiado por grupos de pressão e dominando as massas desorganizadas, Giovanni Busino considera que nas sociedades contemporâneas as estruturas do poder estão amorfas e indeterminadas, nesse sentido as elites são necessariamente múltiplas e díspares, de onde nem homogéneas, nem fechadas, nem solidárias. Às vezes cooperam, outras afrontam-se e outras ainda neutralizam-se reciprocamente. Cf. Giovanni Busino, “Les théories des élites: problèmes et perspectives”, *Revue européenne des sciences sociales*, t. XXV, 1987, n.º 76, p.264. A este propósito V. Vilfredo Pareto, *Les Systèmes socialistes*, Paris, V. Giard & E. Brière, 1902, p. 36.

¹⁰ O conceito de notável configura um categoria heterodeterminada, reclamando reconhecimento dessa condição pela generalidade do corpo social, em condições de avaliação que variam em função dos grupos e dos períodos históricos e que nem sempre são aplicadas de forma objectiva.

¹¹ Cf. Christophe Charle, *Les Elites de la République 1880-1900*, [S.L.], Fayard, 1987, pp. 28-29.

que a hierarquização política e social corresponde, na maior parte das sociedades à estratificação verificada na distribuição da riqueza.¹²

Herdeiro em grande medida das características da sociedade do Antigo Regime, o processo de formação das elites Oitocentistas foi largamente marcado um padrão reprodução familiar¹³, sendo a linhagem, mais do que o indivíduo, o factor que assegurava a acumulação das diversas formas de capital necessárias a uma pertença plena a esses grupos hierarquicamente preponderantes. O direito a figurar entre os mais notáveis era, por isso, um feito que raramente se alcançava de um só fôlego, numa só geração.¹⁴ Não obstante, formação superior, como forma de capital cultural ou humano, configurava um recurso relevante na reiteração transgeracional dos atributos que garantiam a pertença às elites.

A obtenção de um título académico adicionava aos contextos de proveniência novas possibilidades. No entanto, a evolução das estruturas de desigualdade, parece confirmar que os benefícios sociais do ensino superior eram menores para alunos provenientes de meios desfavorecidos. A passagem do estatuto de origem para o estatuto adquirido dava-se sem que o resultante deixasse de ser condicionado pelas premissas da hereditariedade social. As informações, as relações e as técnicas de sociabilidade que cada indivíduo colhia do seu contexto de extracção - o capital social - condicionavam as hipóteses de alcançar a qualificação escolar, o acesso a oportunidades de emprego mais aliciantes, melhores escalões remuneratórios e processos mais rápidos de progressão na carreira.¹⁵

Elites socioprofissionais

Verificando-se que a posse de um título académico só tende a afirmar-se como uma *mais-valia* assinalável para promoção social, enquanto o número de empregos disponíveis for superior aos diplomas conferidos pelos estabelecimentos de ensino. A inversão desta relação contribui para depreciação das representações sociais em torno do valor e utilidade dos títulos académicos, numa

¹² Vilfredo PARETO, *Les systèmes socialistes*, tomo 1, Paris, V. Giard & E. Brière, 1902, p. 8.

¹³ Tal como em Portugal, na Prússia verificou-se nas primeiras décadas do século XIX, a continuidade dos padrões sociais estabelecidos ainda no século XVIII - Cf. John R. Gillis, "Aristocracy and Bureaucracy in Nineteenth-Century Prussia", *Past & Present*, No. 41, Dezembro de 1968, Oxford University Press, pp. 105-129-

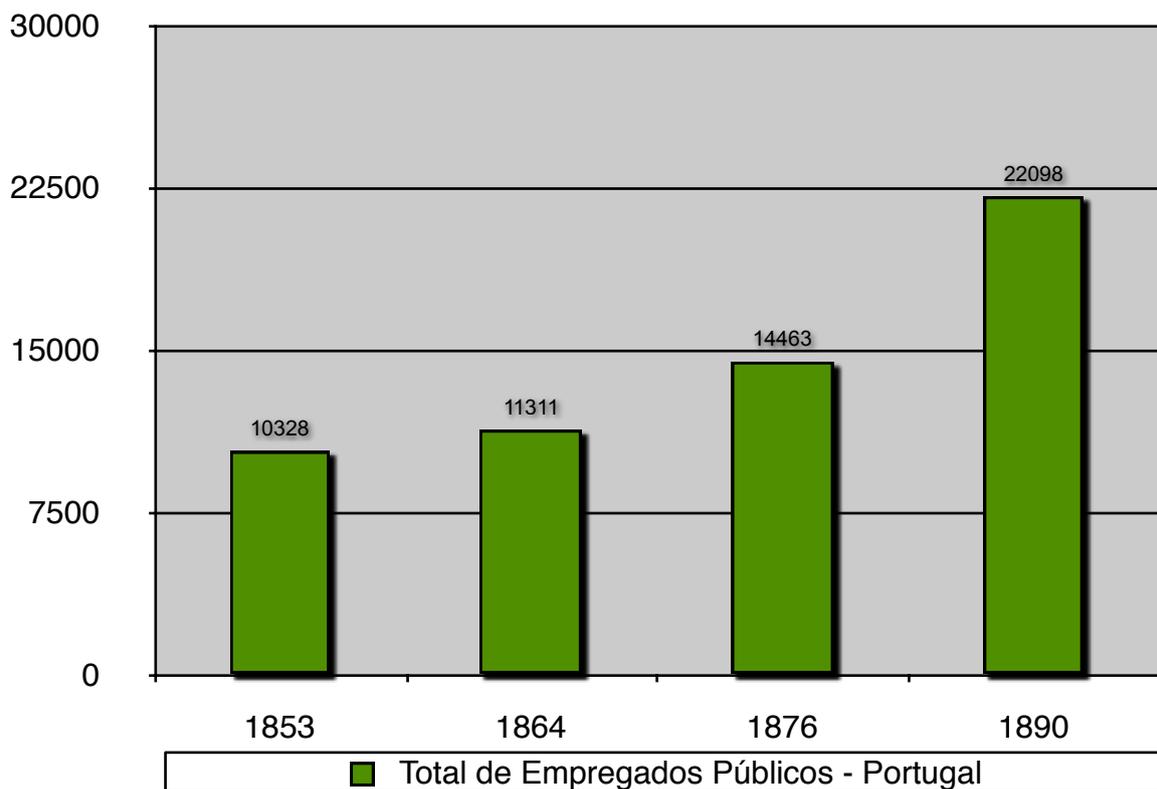
¹⁴ Cf. Christophe Charle, *Les Elites de la République 1880-1900*, [S.L.], Fayard, 1987, pp. 30-31.

¹⁵ Jean-Claude Passeron, "A democratização do ensino superior nos países europeus: tentativa de retrospectiva", *Perspectivas*, vol. IX, n.º1, 1979, pp. 45-47.

tendência que retira poder simbólico aos seus detentores e se traduz numa degradação do estatuto salarial.¹⁶

Sem romper de forma radical com um esquema de acesso socialmente selectivo, assistiu-se, no período estudado, a uma paulatina tendência de democratização do ensino superior em Portugal. Apesar do aumento do número de alunos e da multiplicação dos estabelecimentos de ensino superior, não parece ter ocorrido uma correlativa desvalorização dos títulos universitários e uma erosão das representações ligadas à qualificação escolar. O reforço do capital humano pela obtenção de um título académico parecia traduzir-se ainda num mecanismo eficaz de consolidação do capital social. Realidade para a qual terá contribuído um crescimento sem precedentes do número de funcionários públicos, que mais do que duplicou neste período. Situação que longe de qualificar exclusivamente o caso português, é observável na generalidade dos países europeus.

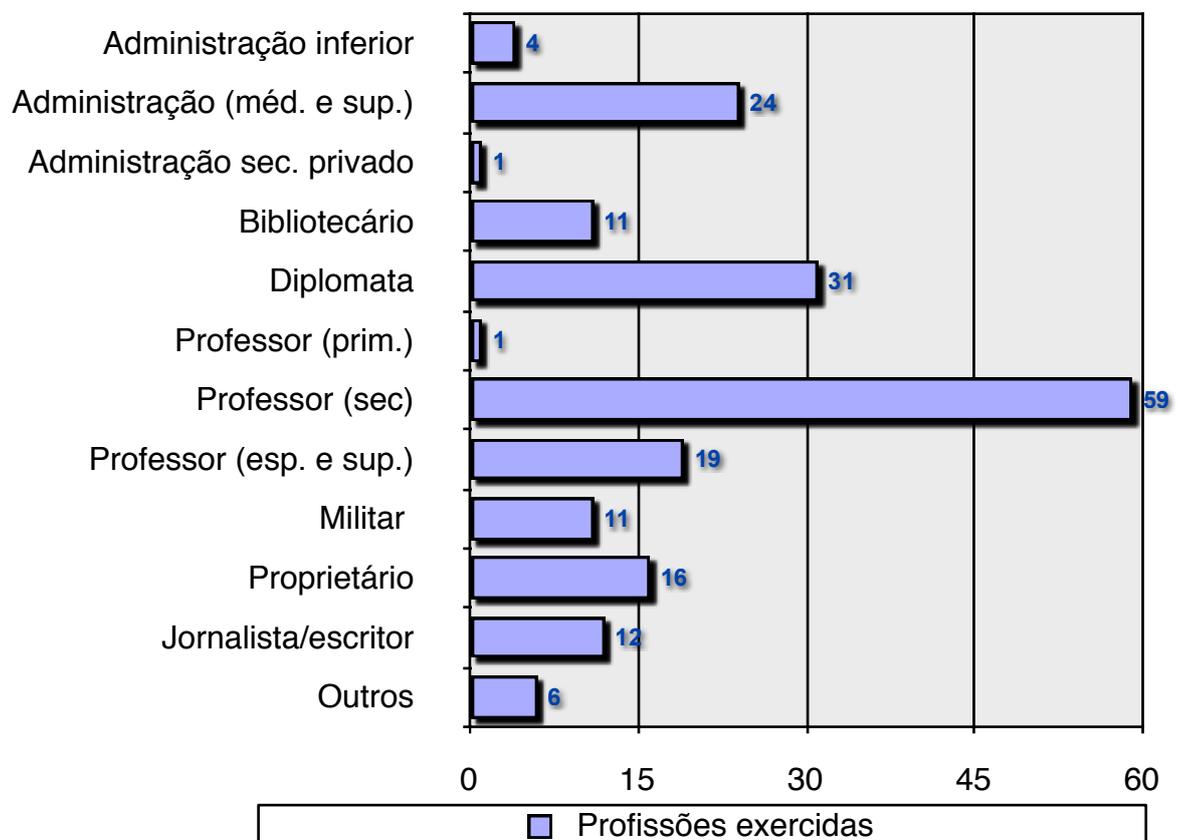
in: Pedro Tavares de Almeida “A burocracia do Estado no Portugal liberal (2ª metade do



século XIX), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)*, Pedro Tavares de Almeida e Rui Miguel C. Branco (coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 71.

¹⁶ No entanto, como observou Passeron, os títulos académicos que se tornam acessíveis a categorias sociais até então excluídas só formalmente eram idênticos ao que eram quando delas se encontravam afastadas. - Jean-Claude Passeron, “A democratização do ensino superior nos países europeus: tentativa de retrospectiva”, *Perspectivas*, vol. IX, n.º1, 1979, p.42-44.

O Curso Superior de Letras, como outros estabelecimentos de ensino superior em Portugal, preparou essencialmente grupos de assalariados que se mantiveram na órbita do Estado¹⁷. Aqueles para os quais existem dados, depois de abandonarem a condição de alunos e de ingressarem no mercado de trabalho, não estabeleceram ligações significativas ao sector privado e não revelaram perfis de empreendedorismo. A forte dependência das elites escolarizadas face ao Estado espelha-se no facto da generalidade dos alunos ter procurado assegurar condições de ingresso no funcionalismo público, sendo este o destino de mais de 80% dos casos verificados. Situação que lhes permitia alcançar a estabilidade de um vencimento que, ainda que parco, seria garantido.¹⁸



Dos 366 indivíduos que terminaram o plano de formação disponho de dados relativos aos itinerários profissionais de apenas 193. Importa referir que estes desempenharam carreiras em áreas

¹⁷ Ilustrando esta realidade, referindo-se a uma realidade distinta, Joaquim Torquato Alvares Ribeiro, lente da Academia Politécnica do Porto, em 1863 afirmava que todos os alunos que aquela instituição tinha habilitado como engenheiros civis foram empregados ou como professores ou como engenheiros do Estado. – *Discurso pronunciado na presença de S. M. F. o Senhor D. Luís I, na ocasião da visita com que honrou a Academia Politécnica do Porto em 30 de Novembro de 1863*, Porto, 1863, p. 22.

¹⁸ Com efeito, como constata Fernando Marques da Costa, foi o Estado “o grande empregador dessa massa de bacharéis que saía dos cursos superiores, onde, aliás, não recebiam, dada a organização dos *currícula*, qualquer especialização”. O Curso Superior de Letras não era excepção. – “A sociedade: regeneração na continuidade”, *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, vol. II, Lisboa, 1990, p. 227.

muito distintas. Houve por isso de proceder a uma simplificação dos dados, espelhando os valores que aqui apresento os pontos mais altos dos seus percursos. Sendo ainda de assinalar que, num contexto em que era comum a pluralidade dos vínculos ocupacionais, sempre que desempenharam trajectos profissionais distintos ou paralelos, simultâneos ou alternados, optei por assinalar o de maior prestígio social.¹⁹

Devido ao carácter frequentemente anónimo e à reduzida projecção pública dos indivíduos que exerciam actividades nos níveis inferiores da administração, apenas me foi possível detectar quatro destes casos, mas acredito que o seu número tenha sido superior. Quanto aos cargos mais destacados da administração pública, a sua expressão numérica poderia surgir mais dilatada, não fosse o facto de alguns dos indivíduos que desempenharam estas funções terem também exercido cargos diplomáticos ou sido docentes do ensino superior, surgindo aqui integrados nessas categorias.

Para doze alunos disponho apenas como informação o facto de terem sido escritores ou jornalistas, mas é de admitir que estas ocupações fossem exercidas em acumulação com outras actividades. Com efeito, importa sublinhar que, com níveis diferentes de comprometimento, pelo menos oitenta indivíduos deste universo de trabalho colaboraram activamente na imprensa²⁰, ainda que com distintos níveis de frequência, em várias publicações periódicas, generalistas ou temáticas, de carácter nacional ou local.

Através da colaboração na imprensa tinham condições para ampliar a capacidade de intervenção na sociedade. Esta actividade permitia-lhes participar em grupos de pressão; conquistar o direito de intervir nos processos de decisão política; ganhar visibilidade e consolidar o capital social que lhes facilitaria o sucesso nas suas carreiras profissionais e político-administrativas.

Num campo altamente restrito e selectivo, nem todos lograram alcançar sucesso. Sonhando com posições elevadas, atraídos ao espaço público, como Ícaro pelo Sol, muitos foram os que tiveram nas páginas da imprensa as suas asas de cera, que viram muitas vezes derreter-se-lhe pelo calor das refregas políticas. Alguns destes, incapazes de alcançar um lugar no firmamento dos notáveis, caíam extenuados, rastejando depois pelos corredores das repartições.

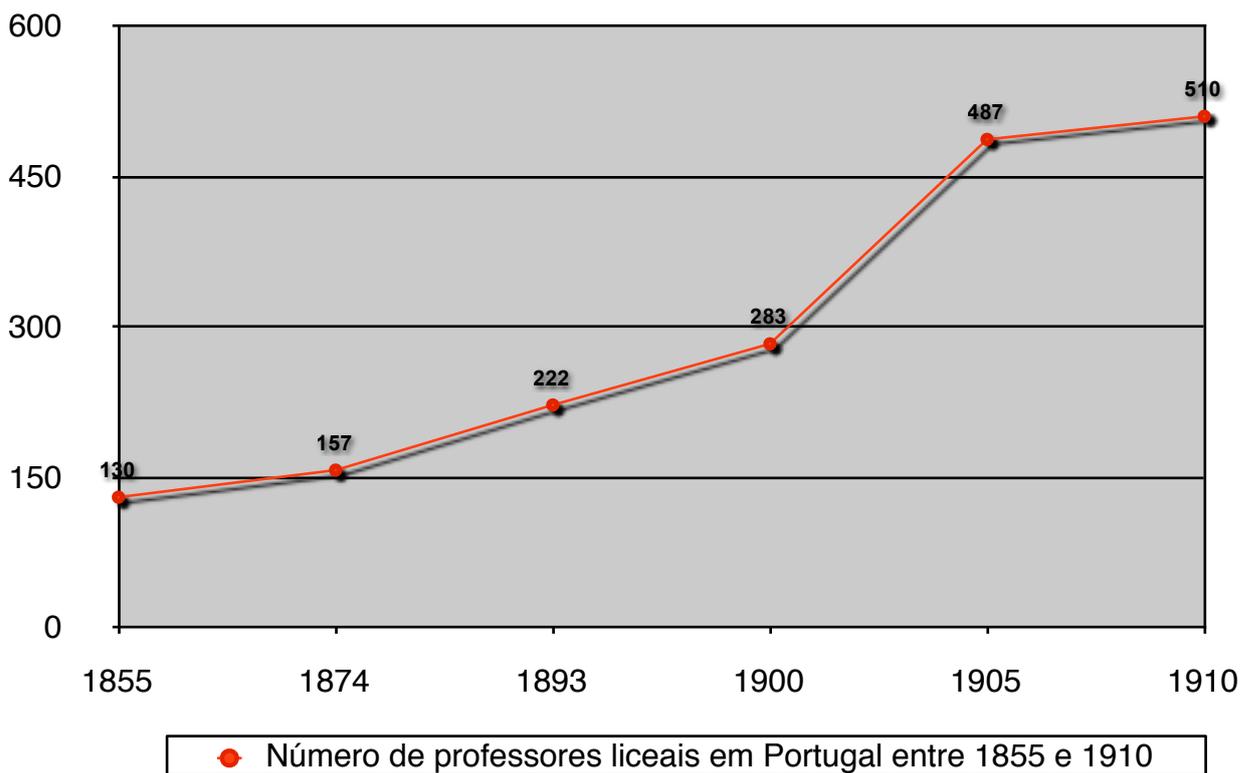
Num período em que se verificou um crescimento sem precedentes do número de professores liceais²¹, a sua qualificação foi um dos principais objectivos do Curso Superior de

¹⁹ À luz da leitura que fiz das percepções de capital social existente no século XIX as profissões de maior prestígio, no quadro das ocorrências verificadas, seriam as de professor do ensino superior, diplomata e os altos cargos da administração pública.

²⁰ Sempre que os dados biográficos disponíveis o permitiram incluí estes indivíduos noutros grupos profissionais.

²¹ Que entre outros motivos resultou de uma extraordinária expansão da rede escolar.

Letras que era, em Portugal, a única instituição para tal especificamente vocacionada. A análise dos percursos biográficos confirma o cumprimento desta vocação. Acresce que, para além de ter constituído o principal destino profissional, esta ocupação se configurou também como etapa intermédia para um número significativo de indivíduos, que exerceram posteriormente actividades com maior prestígio social (professores do ensino superior, diplomatas funcionários superiores da administração pública).



Aplicando ao universo estudado o conceito que Pareto formulou para a definição elite, que corresponde aos indivíduos que em cada esfera de actividade alcançaram um grau elevado da hierarquia socioprofissional, verifico que pelo menos metade dos alunos que concluíram o Curso Superior de Letras, são passíveis de ser integrados nessa categoria. Enquadram-se, sem dúvida, neste contexto os que acederam aos níveis mais elevados da administração pública; os que desempenharam cargos directivos nas escolas²²; os que exerceram carreiras diplomáticas²³; os que foram professores do ensino superior; os que atingiram altas patentes militares; os proprietários

²² Que foram pelo menos 29.

²³ Sendo estas carreiras marcadas por percursos, quase sempre lentos, iniciados nos níveis inferiores da diplomacia ou noutros sectores da administração pública.

mais abastados; bem como aqueles que se mais se distinguiram no jornalismo e na produção literária.

A preparação capaz de servidores do Estado constituiu, desde início, um dos propósitos centrais deste estabelecimento de ensino superior. Apesar de todas as contingências, entre as quais surge destacada a reduzida dimensão do corpo discente, verifica-se que a generalidade dos alunos teve carreiras profissionais congruentes com os objectivos e necessidades formativas que motivaram a criação do Curso. Para grande parte dos discentes, os saberes e competências resultantes deste processo de escolarização constituíram instrumentos de inserção ocupacional e de acesso às elites profissionais. Torna-se por tudo isto evidente que esta instituição realizou com sucesso os objectivos para que foi criada.

Elites governativas (ou político-administrativas)

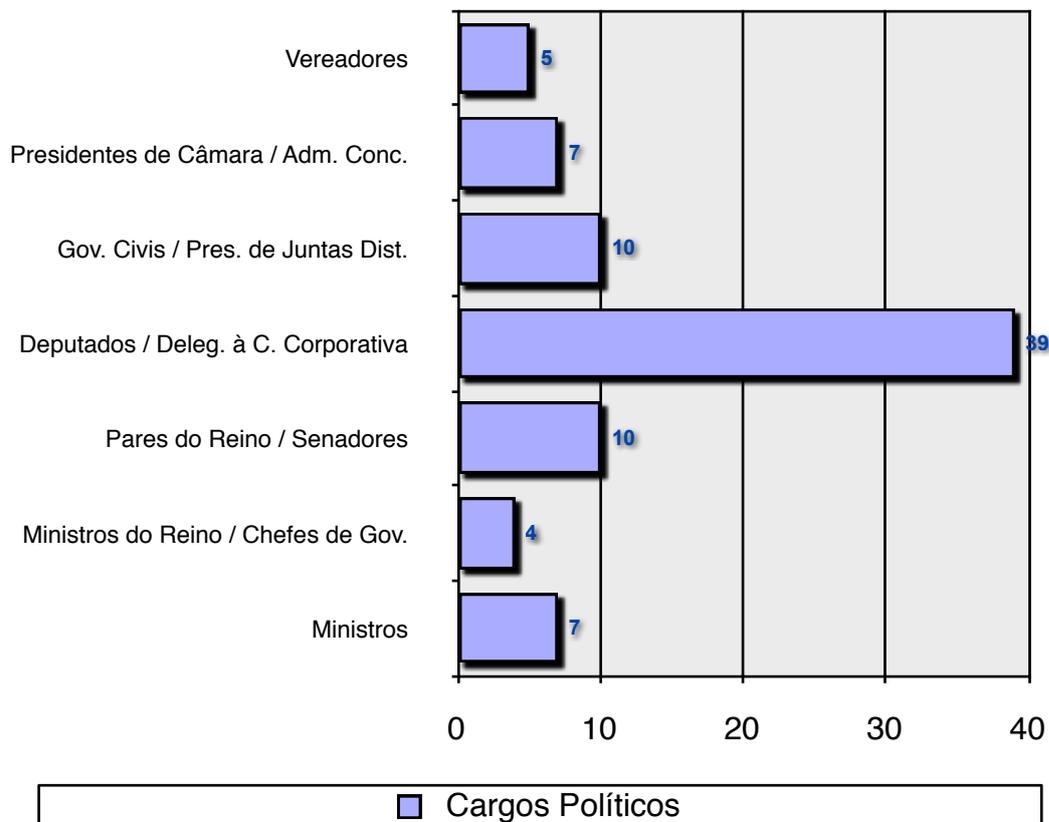
As relações que se estabelecem entre o Estado e as instituições de ensino superior são largamente marcadas pelo contributo que estas assumem na formação dos elementos que constituem as elites político-administrativas. Funcionalmente integrados na ordem social, estes estabelecimentos contribuem para conferir aos processos de recrutamento critérios de aceitação generalizada, pela instituição do paralelismo entre ideia de mérito intelectual e a posse de um título académico.

Apesar de princípios como a liberdade, a segurança e a propriedade assumirem um carácter universal e inequívoco, nas leis fundamentais portuguesas de inspiração liberal, ao longo do século XIX verificou-se a permanência de princípios de desigualdade política, pela existência de critérios censitários na regulação da capacidade eleitoral.²⁴ Já no que diz respeito às condições de elegibilidade, a posse de um diploma de ensino superior era condição bastante, no entanto, o poder social e económico, bem como o prestígio profissional ou intelectual, estariam entre os critérios que se cruzavam na selecção dos candidatos indicados pelas estruturas partidárias para os processos eleitorais.

Se os portadores de um diploma de ensino superior que provinham de meios sociais mais favorecidos assumiam, com aparente facilidade, postos importantes nas hierarquias políticas; os diplomados oriundos dos sectores mais modestos, utilizaram frequentemente o funcionalismo público como *cursus honorum*, que lhes permitia atingir cargos políticos relevantes. Nestes

²⁴ Benedita Maria Duque Vieira, *A formação da sociedade liberal*, Lisboa, 2005, p. 8.

percursos os envolvimentos partidários configuravam, em função das conjunturas, contextos potencializadores de oportunidades ou geradores de atavismos.



Procurando aferir se os alunos do Curso Superior de Letras acederam à elite governamental integrei como critérios taxonómicos a eleição para cargos relevantes (ministros, deputados, governadores-cíveis, presidentes de câmara e vereadores...²⁵) e a nomeação para os postos mais elevados da administração (chefes de gabinete, directores-gerais, cônsules, embaixadores, comissários régios...)²⁶. A fusão destes grupos aparentemente distintos resulta: do facto dos cargos mais elevados da administração serem de confiança política, para os quais eram recrutados preferencialmente correligionários, tratando-se de funções que cessavam ou se reconfiguravam quando operadas mudanças na arquitectura dos poderes executivos; em segundo lugar, por ser entre os mais destacados membros da administração que frequentemente se recrutavam os candidatos aos

²⁵ Os valores que obtive no estudo prosopográfico para estas categorias estatísticas contêm, seguramente, lacunas, sobretudo no que se refere aos cargos políticos locais, para os quais não existem séries de dados sistematizadas.

²⁶ Pareto integra ainda na elites governamentais as altas patentes militares, contingente que aqui não considerei apesar de existirem 11 alunos que concluíram o Curso que foram altas patentes.

cargos políticos²⁷; acresce que os agentes da administração pública, pelas funções que lhe estavam adstritas, eram figuras essenciais dos dispositivos de implementação prática das decisões políticas.²⁸

Tipificando a realidade política observável em Portugal, ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, pode afirmar-se que as formações partidárias não passavam de protopartidos, organizações rudimentares e informais, com uma disciplina e unidade ténues, marcados pela fluidez dos conteúdos programáticos, cuja acção se centrava essencialmente na luta eleitoral e parlamentar, e não na mediação entre a sociedade e os órgãos de soberania. Estruturas dúcteis, correspondiam ao que Max Weber (1864-1920) categorizou como partidos de notáveis ou de patrocínio²⁹, tendo a sua acção condicionada por lógicas personalistas e fechadas, que visavam garantir a hegemonia de uma restrita minoria na esfera do poder.

A implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, não permitiu vencer claramente a ausência de orientação doutrinária que marcou a história político-partidária das décadas anteriores. Mas assistiu-se a uma parcial substituição de protagonistas, sendo de assinalar que entre os elementos mais destacados da nova elite política surgiram alguns professores e alunos do Curso. A maioria esmagadora dos deputados da Primeira República (1910-1926) tinha uma elevada formação académica³⁰, não obstante, destes apenas 3% tinham estudado ciências sociais e humanas³¹. Se o número dos alunos desta instituição que acederam a cargos políticos assumiu, em termos absolutos uma expressão limitada, em termos relativos, considerando o número total dos que a frequentaram, os valores assumem uma dimensão muito mais significativa.

²⁷ Alguns sectores da administração pública eram detentores de competências especialmente úteis ao processo legislativo, situação que posicionava os indivíduos que neles trabalhavam em nichos privilegiados de recrutamento para as listas apresentadas a sufrágio para a câmara dos deputados. Naturalmente, estando o Curso Superior de Letras vocacionado para dotar o Estado de burocratas devidamente preparados, entre os seus alunos contam-se indivíduos que tiveram este tipo de percursos. Para limitar o recrutamento de funcionários públicos e militares para a câmara dos deputados a lei eleitoral de 21 de Maio de 1896, fixava em quarenta o número máximo de funcionários civis, militares ou eclesiásticos que podiam ser eleitos. Impondo igualmente um limite de vinte médicos ou advogados. Disposições que foram revogadas pela carta de lei de 21 de Setembro de 1897.

²⁸ Cf. a este respeito cf. Pedro Tavares de Almeida “A burocracia do Estado no Portugal liberal (2ª metade do século XIX), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)*, Pedro Tavares de Almeida e Rui Miguel C. Branco (coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 53-79.

²⁹ Max Weber colocou em evidência a dicotomia entre estas formações partidárias que orbitavam em torno de notáveis, características do século XIX, e as que se afirmam no século XX, que classificou como partidos de massas ou ideológicos. Seguiram-se ao eminente sociólogo uma série de autores que retocaram estes conceitos, preservaram a matriz dicotómica que lhe estava subjacente. Uma útil síntese da conceptualização das formações partidárias para os séculos XIX e XX foi elaborada por José Miguel Sardica no artigo extraído da sua dissertação de mestrado intitulado “Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”, *Análise Social*, vol. xxxii(142), 1997 (3.º), 557-601.

³⁰ Dos 637 deputados para os quais existem dados relativos a esta questão, cerca de 90% tinham formação superior.

³¹ No Curso Superior de Letras ou na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. - Cf. Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, «Os Deputados da 1ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 406-408.

Sendo, no período estudado, a experiência parlamentar um atributo essencial do *homo politicus*³², constata-se que mais de 10% dos alunos que concluíram o Curso Superior de Letras foram eleitos deputados ou nomeados para a câmara corporativa. Se se considerarem os que foram sufragados ou nomeados para cargos políticos locais ou nacionais, verifica-se que pelo menos 52 alunos (14% do total) podem ser integrados naquilo que Pareto e Mosca classificam como a elite governativa.

Foi possível identificar ligações partidárias de 56 dos alunos que concluíram o Curso. Número que não permite traçar de forma fina o seu perfil político, visto tratarem-se de dados minados pela ausência de critérios de representatividade; pela instabilidade e especificidade do campo político; pelos diferentes níveis de envolvimento e filiação. Sem ceder à tentação de forçar uma leitura do posicionamento ideológico do contingente estudantil, refiro apenas que cerca de metade destes alunos surgem como republicanos. Sendo igualmente assinalável que uma dezena teria integrado a oposição monárquica ao regime instituído em 1910.

Considerações finais

As mudanças ocorridas em Portugal durante o período de consolidação do liberalismo contribuíram para um reforço, cada vez maior, da relevância e o conjunto de funções atribuídas à formação conferida pelo Curso Superior de Letras, realidade que é aferível pelo aumento do número de alunos, pelos contornos que assumiram as suas carreiras e pela sua integração no sistema político.

Num período em que 4 em cada 5 portugueses eram analfabetos e em que os constrangimentos sócio-económicos limitavam muitíssimo o acesso ao ensino superior, a conclusão de um curso configuraria, só por si, um critério definidor da pertença à elite intelectual. Pretendendo verificar de que forma o estabelecimento aqui estudado contribuiu para a formação das elites político-administrativas e socioprofissionais, verifiquei que apesar não ter encontrado respostas suficientes para completar os questionários biográficos de muitos dos alunos, um número muito substancial desempenhou postos políticos e administrativos relevantes ou atingiu níveis elevados das hierarquias socioprofissionais.

Que a educação nunca foi, por si só, um meio para ganhar a vida, é um truísmo cuja aceitação não se confronta com muitas resistências. A par da formação, os contextos de origem, as

³² Pedro Tavares de Almeida, *A construção do Estado Liberal. Elite política e burocrática na 'Regeneração' (1851-1890)*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, p. 163.

características psicossociais e as redes de integração revelam-se essenciais na criação de condições de sucesso. Historiadores e sociólogos têm, de uma forma geral, demonstrado que a origem social facilita o acesso à elite *lato senso*, sem que tal constitua, no entanto, uma condição suficiente. Do mesmo modo, a formação escolar, que pode desempenhar um importante papel no desenvolvimento das carreiras, não se institui como factor privilegiado, por si só.

As vias de acesso aos patamares mais elevados das estruturas socioprofissionais e político-administrativas são erráticas, sinuosas e numerosas, mas estes percursos revelam níveis maiores de sucesso quando neles se cruzam níveis mais elevados de capital económico, social e humano.³³ Não será, por isso legítimo, exagerar o papel desempenhado pelo ensino superior em ciências sociais e humanas na conquista do direito a figurar entre as elites. Mas esta formação contribuiu, sem dúvida para ampliar junto daqueles que a frequentaram os capitais que facilitaram a aquisição desse estatuto.

³³ Cf. Giovanni Busino, “Les théories des élites: problèmes et perspectives”, *Revue européenne des sciences sociales*, t. XXV, 1987, n.º 76, p.258.